

TRANSPARÊNCIA BRASIL

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À

Transparência Brasil

A/C: Diretores

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transparência Brasil (Entidade) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações

financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 04 de julho de 2024.

Atenciosamente,

CARLOS
CRISTIAN
O
POLTRON
IERI:3280
1448842

Assinado de
forma digital
por CARLOS
CRISTIANO
POLTRONIERI:32
801448842
Data: 2024.07.04
23:22:52 -03'00'



Carlos Cristiano Poltronieri

Contador - CRC/SP 1SP240875/O-9

Consulcamp Auditoria e Assessoria Ltda.

CRC 2SP010626/O-4

Transparência Brasil
Demonstração do Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
Em reais

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	1.243.315	891.072	Fornecedores	6	62.380	48.235
Adiantamentos Fornecedores		7.821	177.070	Recursos de Projetos em Execução	7	674.442	733.622
Tributos a Recuperar		530	530	Obrigações Sociais e Trabalhistas		3.501	-
		1.251.666	1.068.672	Total do Passivo		740.323	781.857
Ativo Não Circulante				Patrimônio Social			
Imobilizado	4	14.655	17.660	Patrimônio Social		325.605	276.978
Intangível	5	15.820	15.820	Superávit ou Déficit Acumulado		216.213	43.317
		30.475	33.480	Total do Patrimônio Social		541.818	320.295
Total do Ativo		1.282.141	1.102.152	Total do Passivo e Patrimônio Social		1.282.141	1.102.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transparência Brasil
Demonstração do Resultado do Exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
 Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Doações e Recursos de Projetos	8	1.383.288	1.376.999
Taxa Administração de Fundos	8	4.800	4.400
Resultado Financeiro	11	148.490	102.689
Superávit Bruto		1.536.578	1.484.088
Despesas com Pessoa Jurídica	9	(953.202)	(1.196.181)
Despesas Gerais e Administrativas	10	(367.163)	(244.590)
Despesas Operacionais		(1.320.365)	(1.440.771)
Superávit / Déficit Líquido do Exercício		216.213	43.317

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transparência Brasil
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social
Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
Em reais

	Patrimônio Social	Ajuste de Exercício Anterior	Patrimônio Social	Superávit ou Déficit Acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2021	820.478	(594.583)	225.895	17.185	243.080
Superávit / Déficit do Exercício	-	-	-	43.317	43.317
Aumento do Patrimônio Social	17.185	-	17.185	(17.185)	-
Ajuste de Exercício Anterior	-	33.898	33.898	-	33.898
Em 31 de dezembro de 2022	837.663	(560.685)	276.978	43.317	320.295
Superávit / Déficit do Exercício	-	-	-	216.213	216.213
Aumento do Patrimônio Social	43.317	-	43.317	(43.317)	-
Ajuste de Exercício Anterior	-	5.310	5.310	-	5.310
Em 31 de dezembro de 2023	880.980	(555.375)	325.605	216.213	541.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Transparência Brasil
Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
Em reais

	2023	2022
Superávit / (Déficit) do Exercício	216.213	43.317
Depreciação e Amortização	5.390	7.093
Ajustes de Exercícios Anteriores	5.310	-
Superávit / (Déficit) Ajustado	226.913	50.410
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais		
Adiantamentos Fornecedores	169.250	(129.867)
Fornecedores	14.144	(84.897)
Recursos de Projetos em Execução	(59.180)	452.413
Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.501	-
Caixa Gerado nas Operações	127.715	237.649
Caixa Líquido (aplicado nas) Gerado pelas Atividades Operacionais	354.628	288.059
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição/ Baixas de Ativo Imobilizado	(2.385)	(10.693)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos	(2.385)	(10.693)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa, Líquidos	352.243	277.366
Caixa e Equiv. de Caixa no Início do Período	891.072	613.706
Caixa e Equiv. de Caixa no Fim do Período	1.243.315	891.072
Variação no Caixa e Equivalente de Caixa	352.243	277.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

A Transparência Brasil é uma associação sem fins econômicos ou lucrativos, destinada a promover a defesa do interesse público, por meio da edificação da integridade do Estado Brasileiro, e o combate a corrupção, contribuindo para o aperfeiçoamento das instituições e do processo democrático.

Para cumprimento de suas finalidades a Transparência Brasil observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, e da eficiência e poderá desenvolver as seguintes atividades, sem conotação político-partidária:

- Estabelecer redes, parcerias e intercâmbios com organizações não governamentais, universidades, poder público e outras entidades, facilitando a atuação desses órgãos e da sociedade civil, no âmbito nacional e internacional;
- Participar da criação, organização e atuação de entidades locais, internacionais e fóruns que tenham como objetivo a promoção do combate a corrupção;
- Apoiar pessoas, grupos, movimentos e organizações que lutam por reformas institucionais e conscientização pública;
- Estimular e desenvolver estudos e trabalhos com a finalidade de incentivar a implantação de políticas públicas e atitudes privadas, evitando-se o uso indevido do Poder Público para benefício privado;
- Organizar e divulgar dados sobre a corrupção nas diversas esferas de governo e no setor privado;
- Propor medidas para a defesa do interesse público;
- Promover palestras, debates e encontros com outras instituições sobre o combate a corrupção, bem como estimular a participação dos associados em conferências e fóruns internacionais;
- Ajudar órgãos e entidades ligadas ao Poder Público no planejamento, mobilização de recursos e implantação de projetos de combate a corrupção;
- Divulgar e comunicar informações sobre o trabalho desenvolvido pela Transparência Brasil e outras entidades, além de projetos governamentais de combate a corrupção;
- Desenvolver outras atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos sociais.

1.1. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Entidade em 02 de julho de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Políticas Contábeis Adotadas

2.1. Base de Apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros, as quais estão previstas na Interpretação “ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros” aprovada pela Resolução CFC Nº 1409/12 e alterações ITG 2002 R1. A Entidade elabora suas demonstrações de acordo com o conjunto de normas completas que compreendem as normas editadas pelo CFC a partir dos documentos emitidos pelo CPC que estão convergentes com as normas do IASB, numeradas de 00 a 999.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Administrativa Financeira em 02 de julho de 2024.

2.2. Principais Políticas Contábeis Aplicadas na Elaboração Destas Demonstrações Financeiras

Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

Uso de estimativas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa

São os valores que incluem caixa e equivalentes, saldos positivos em contas bancárias em movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata. Estas aplicações financeiras estão com rendimentos reconhecidos até a data de 31/12/2023, não ultrapassando o valor de mercado.

Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Receitas e Despesas Financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado e compreendem receita com juros de aplicações financeiras e despesas bancárias diversas e outros encargos financeiros.

2.3. Novas normativas e pronunciamentos contábeis (IFRS/CPC)

Foram emitidas novas normas, as quais tem sua adoção para o exercício de 2023 ou após. A Entidade avaliou, porém não identificou impactos significativos em suas demonstrações:

Vigentes a partir de 01 de janeiro de 2023:

- IAS 8 / CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro: Definições de estimativas contábeis;
- IAS 1 / CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis;
- IAS 12 / CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro: Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos que surgem de uma transação e OCDE – Imposto Corporativo Mínimo Global - “Pillar Two”;
- IFRS 17 / CPC 50 – Contratos de seguros: Nova norma em substituição ao IFRS 4.

Vigentes a partir de 01 de janeiro de 2024:

- IAS 1 / CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: Classificação de dívidas em circulante ou não circulante e dívidas atreladas a covenants;
- IFRS 7 / CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação e IAS 7 / CPC 03 – Demonstração de Fluxo de Caixa: Operações de risco sacado;
- IFRS 16 / CPC 06 – Arredamento: Requisitos para transações de venda e leaseback.

Vigente a partir de 01 de janeiro de 2025:

- IAS 21 / CPC 02 – Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis: Moeda não passível de conversão

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Representado por:

Descrição	2023	2022
Caixa	-	98
Bancos	85.626	85.798
Aplicações Financeiras	1.157.689	805.176
Total (a)	1.243.315	891.072

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em 31 de dezembro de 2023 as aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a CDB e Fundo DI no Banco Itaú.

- a) Dentro do saldo de caixa e equivalente de caixa, temos valores que estão vinculados a projetos específicos, conforme demonstrado abaixo:

Projeto	A executar
Achados e Pedidos III – Ford	25.187
DadosJus – Instituto Betty e Jacob Lafer	21.660
Mais Defensoria - Tinker	477.434
Fórum dos Partidos - NDI	4.294
Recurso Disponível para Manutenção da Instituição	714.740
Total	1.243.315

4. Imobilizado

Representado por:

Descrição	Equipamentos	Móveis e Utensílios	Informática	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.063	1.747	(750)	14.060
Aquisição	-	-	10.693	10.693
Depreciações	(154)	(294)	(6.645)	(7.093)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.909	1.453	3.298	17.660
Aquisição	2.385	-	-	2.385
Depreciações	(153)	(282)	(4.955)	(5.390)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.141	1.171	(1.657)	14.655
Taxa anual de depreciação	10%	10%	20%	

A Entidade, no exercício de 2023, ao revisar as estimativas de vidas úteis e valores residuais dos bens do seu ativo imobilizado, constatou que não houve diferenças significativas. Dessa forma, foi mantida a mesma taxa de depreciação anual praticada no exercício social de 2022.

5. Intangível

Representado por:

Descrição	2023	2022
Marcas e Patentes	15.820	15.820
Total	15.820	15.820

6. Fornecedores

Representado por:

Descrição	2023	2022
Serviços tomados de Pessoa Jurídica	59.336	46.571
Serviços de informática e telecomunicações	3.044	1.664
Outros Fornecedores	-	-
Total	62.380	48.235

- a) Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de Fornecedores a Pagar é constituído com os seguintes saldos de projetos em andamento:

Projeto	A executar
Achados e Pedidos III – Ford	12.111
DadosJus – Instituto Betty e Jacob Lafer	6.800
Mais Defensoria - Tinker	18.719
Fórum dos Partidos - NDI	13.280
Prestadores Contratados para Manutenção da Instituição	11.470
Total	62.380

7. Recursos de Projetos em Execução

Representado por:

Descrição	2023	2022
Projeto Ford (a)	25.187	102.175
Projeto Instituto Betty Jacob Lafer III (a)	21.659	-
Projeto Tinker (a)	477.434	327.608
Projeto NDI – Fórum dos Projetos Partidos (a)	4.295	-
Projeto Global Partnes Digital (b)	-	414
Projeto Chatbot AEP - Raci Canadá (b)	-	3.751
Projeto Rac – Ned (b)	34.290	-
Projeto Open Society (b)	111.577	299.674
Total	674.442	733.622

- a) A evolução dos projetos está demonstrada no quadro a seguir:

Descrição	Projetos							
	Ford - Achados e Perdidos III		Inst. Betty Jacob Lafer III - Dados Jus		Tinker - Mais Defensoria		NDI - Fórum dos Partidos	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Orçamento Total Previsto	1.016.727		210.000		1.010.334		72.852	
Execução Orçamentária	991.540	98%	95.395	45%	536.336	53%	23.946	33%
Meses para Execução	25		12		29		9	
Evolução do Projeto (em meses)	24	96%	7	58%	18	62%	3	33%
Recurso Utilizado no Período								

Saldo em 2022	102.175	100	-	100	327.608	100	-	
Recurso Recebido no Exercício	468.167	%	117.054	%	546.763	%	28.240	100%
Recurso Utilizado no Exercício	545.155	96%	95.395	81%	396.937	45%	23.946	85%
Recurso a Utilizar	25.187	4%	21.659	19%	477.434	55%	4.294	15%

- b) Os projetos Global Partnes Digital e Chatbot Aep – Raci Canadá foram finalizados no exercício de 2023. Para os projetos Rac Ned e Open Society, os valores são utilizados para manutenção da Instituição.

8. Doações e Recursos de Projetos Reconhecido no Exercício

Representado por:

Descrição	2023	2022
Pessoa Jurídica (a)	1.358.488	1.375.369
Taxa Administração de Fundos	4.800	4.400
Pessoas Físicas (b)	6.060	1.630
Associados	18.740	-
Total	1.388.088	1.381.399

- (a) A receita reconhecida no exercício referente a pessoa jurídica consta demonstrada no quadro a seguir:

Descrição	2023	2022
Ford Foundation	545.155	446.385
Tinker Foundation	396.937	220.249
Instituto Betty & Jacob Lafer	79.480	156.531
Rac – Ned	795	265.020
Chatbot AEP - Raci Canadá	-	1.006
Galo da Manhã	12.000	53.127
Open Society	188.097	218.766
Global Partnes Digital	16.683	14.285
Projeto Instituto Betty Jacob Lafer III	95.395	-
Projeto NDI – Fórum dos Projetos Partidos	23.946	-
Total	1.358.488	1.375.369

- (b) As doações de pessoas físicas não são destinadas a nenhum projeto específico, sendo direcionado para o caixa da Instituição, para manutenção das atividades da Entidade.

9. Despesas com Pessoas Jurídicas

Representado por:

Descrição	2023	2022
Diretor Executivo	(198.917)	(224.820)
Analistas	(424.961)	(183.054)
Gerentes de Projetos	-	(82.875)
Diretora de Operações	(146.211)	(151.460)
Consultoria	(45.017)	(194.500)
Contabilidade	(16.515)	(15.038)
Auditoria	(9.225)	-
Programador	-	(207.607)
Desenvolvimento de Plataforma	(15.862)	(24.332)
Comunicação	(869)	(104.620)
Gerente de Dados	(94.500)	(7.875)
Cartório	(1.125)	-
Total	(953.202)	(1.196.181)

10. Despesas Gerais e Administrativas

Representado por:

Descrição	2023	2022
Estagiários	(72.712)	(35.450)
Despesas com comunicação e tecnologia	(18.862)	(28.917)
Despesas com transportes e viagens	(23.187)	(2.123)
Despesas gerais de escritório	(38.452)	(1.674)
Despesas de aluguel	(27.859)	(26.363)
Despesas com depreciação	(5.390)	(7.093)
Outros custos operacionais	(37.678)	(30.463)
Despesa com correio	(563)	-
Despesa com projeto	(142.460)	(112.507)
Total	(367.163)	(244.590)

11. Resultado Financeiro

Representado por:

Descrição	2023	2022
Receitas Financeiras:	152.608	105.526
Juros com aplicações financeiras	149.808	105.321
Descontos financeiros obtidos	2.800	205

Despesas Financeiras:	(4.118)	(2.837)
Encargos e taxas diversas	(4.118)	(2.837)
Resultado Financeiro Líquido	148.490	102.689

12. Ajuste de Exercício Anterior

No exercício de 2022 o valor de R\$ 33.898 registrado em Ajuste de Exercícios Anteriores é composto pelos seguintes valores:

- R\$ 12.908 de saldo de projetos de anos anteriores pendente de baixa;
- R\$ 20.990 baixa de adiantamento a fornecedores;

Em 2023 o montante de R\$ 5.310 registrado em Ajuste de Exercícios Anteriores é composto pelos seguintes valores:

- R\$ 2.087 de saldo de projetos de anos anteriores pendente de baixa;
- R\$ 3.223 de saldo de fornecedores de anos anteriores pendente de baixa;

13. Contingências

A entidade tem uma ação de natureza tributária, para a qual não há provisão constituída para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, visto que a ação é qualificada como possível pelos seus consultores jurídicos e que a entidade possui apólice de seguro como forma de garantia expedida sob o n. 0306920239907750830861000, pela Potencial Seguradora S.A., até 30/01/2026, no montante de R\$ 706.691,26.

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

Em decorrência de seu enquadramento como Entidade sem fins Lucrativos, a Transparência Brasil goza de benefícios como isenção de Imposto de Renda e Contribuição Social, pagamento do PIS calculado à 1% sobre a folha de pagamento e isenção do pagamento da COFINS sobre as atividades próprias.
